

A dívida e o Senado perplexo

O senador Severo Gomes, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, sobejamente conhecido por suas posições nacionalistas retrógradas, resumiu a perplexidade dos seus pares diante da solicitação do Executivo para que o Senado não votasse o projeto de resolução que regula as negociações sobre a dívida externa: "Não estou entendendo nada!" O embaixador Jório Dauster, que conduziu os entendimentos do Executivo (leia-se da confraria que, no Ministério da Economia, coloca fatos consumados para o presidente Fernando Collor de Mello) com a comissão presidida pelo senador Severo Gomes, deu mais argumentos para a incompreensão do diligente nacionalista: "Houve uma indicação do governo ao Senado de que seria útil repassar os pontos do projeto sob o ponto de vista jurídico". O líder do governo no Senado, senador Ney Maranhão, foi mais explícito e, quem diria, mais confuso: "Recebi ordem para convencer os senadores a adiar a votação. Precisamos fazer uma pequena arrumação no texto".

A perplexidade do senador Severo Gomes e as explicações do líder e do negociador-chefe, sem necessidade de carregar nas tintas, dão pálida imagem de como as coisas são ou foram conduzidas no Executivo. De nosso particular ponto de vista, folgamos com o adiamento. Não podemos, no entanto, deixar de assinalar que não é apenas o senador Severo Gomes que tem razões para nada entender. Os brasileiros preocupados com o problema da dívida externa igualmente não entendemos mais a maneira pela qual se trata assunto tão sério. Teria, por acaso, a lucidez do senador Roberto Campos, que é contrário à resolução, levado o Planalto a pedir o adiamento da votação?

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos foi mais longe na sua

perplexidade: "Aceitamos todas as imposições". Ao revelar como se deram os entendimentos dos senadores com o embaixador Dauster, o senador Severo Gomes deixa evidente que a "irmandade" do Ministério da Economia estabeleceu os parâmetros que deveriam reger a redação da resolução finalmente aprovada sob aplausos gerais. Com isso, S. Exa. confirma que o embaixador Dauster, quando encontrava dificuldades com o relator, senador Fernando Henrique Cardoso, se valia ou do senador Severo Gomes ou do seu colega Jorge Bornhausen para vencer obstáculos e, conforme hoje se sabe, impor seu ponto de vista. Agora que tudo foi aprovado; agora que a comunidade financeira internacional se viu diante de uma quase ucasse do Senado Federal — o qual tinha por principal mérito paralisar as negociações —, a Nação é candidamente informada de que o Executivo considera que a Comissão de Assuntos Econômicos não examinou o problema do ponto de vista jurídico e de que mandou ordem para remendar o texto. É difícil saber se a irresponsabilidade é dos senadores ou do Executivo. Todavia, como tudo foi imposto (a título de negociação) e os senadores e deputados presentes ao depoimento da ministra Zélia Cardoso de Mello aplaudiram a firmeza (depois consubstanciada na resolução) com que o Executivo *pretendia* enfrentar os credores externos — e tendo o presidente Fernando Collor agradecido a solidariedade do Senado —, só se pode tirar uma conclusão a respeito das culpas destes ou daqueles.

O presidente da República parece ter percebido que os rompantes do ex-ministro Funaro e as sutilezas de Bresser Pereira, imitados uns e outras pela ministra Zélia, começavam a criar problemas insolúveis para o Brasil. Aliás, havíamos observado ao comentar a votação em comissão que —

tal como está redigida a resolução — as negociações poderiam começar, mas não chegariam jamais a termo. A decisão do Executivo — e parece ter sido do presidente Fernando Collor de Mello, pois foi o ministro Passarinho quem pediu ao líder do governo no Senado que retirasse o projeto da ordem do dia — indica que a situação é mais delicada do que se pode supor, tanto que se pretende discutir com o senador Fernando Henrique a modificação do dispositivo que impede o pagamento de parte dos juros atrasados antes do pronunciamento final do Senado sobre o acordo. Tudo leva a crer que o presidente da República se convenceu de que a excelência da proposta brasileira só existe na cabeça dos negociadores que a redigiram e dos senadores e deputados nacionalistas, oligarcas e que tais que bateram palmas à ministra Zélia, que com uma falta de tato surpreendente havia responsabilizado os bancos credores pelos percalços políticos que vinha enfrentando em Brasília e culminaram — ironias da história — com a punição de tenente-maestro da banda dos Dragões da Independência que tocou certo bolero em cerimônia militar.

A retirada do projeto de resolução da ordem do dia do Senado, até que Fernando Henrique volte do Exterior e possa negociar a "pequena arrumação" (pretendida pelo senador Ney Maranhão) e os aspectos "jurídicos" (levantados pelo embaixador Dauster), indica que o presidente da República parece ter compreendido que a "irmandade" o está levando a singrar as águas revoltas registradas nos ministérios da Fazenda de Sarney e durante o desastroso predomínio da Unicamp sobre a economia nacional. Esperemos que assim seja — pois, se não for, o governo brasileiro e os bancos credores estarão fatalmente em rota de colisão. Que não beneficia ninguém!